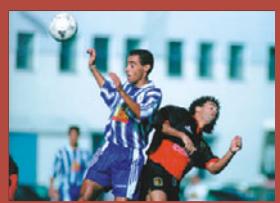


desporto

Juventude-Desportivo:
venceu a experiência



évora

Património Mundial
traz vijs ao Alentejo



Diário do Alentejo

ANO LXVI N° 804 (II SÉRIE) • 19 A 25 DE SETEMBRO DE 1997 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRETOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00

actual

Congresso
vai debater
o Alentejo

O IX Congresso sobre o Alentejo está marcado para 26, 27 e 28 deste mês, em Estremoz, para debater as políticas e os instrumentos para o desenvolvimento alentejano. A par da apresentação de comunicações, em quatro painéis, e do debate aberto ao público sobre a temática proposta, haverá um programa cultural – exposições artísticas e espectáculos musicais –, a inauguração da Feira dos Municípios e uma homenagem a José Dias Sena e Aníbal Falcato Alves, a título póstumo, e a Vítor Paquete.

pág. 19



em foco

Revoluções
são feitas
por minorias

Jornalista e escritor, Miguel Urbano Rodrigues nasceu há 72 anos em Moura. Esteve exilado no Brasil, voltou a Portugal logo após o 25 de Abril e, agora, vive em Cuba. Está de férias entre nós e, de visita às pátrias, a portuguesa e a alentejana, conversou com Santiago Macias, arqueólogo e historiador, também natural de Moura. Das várias horas de trocas de impressões sobre problemas do passado e da actualidade do País e do mundo em que vivemos, ficou o registo em duas páginas de grande interesse.

pág. 2 e 3



entrevista

Abílio
Fernandes
optimista

Abílio Fernandes, o "eterno" presidente da Câmara de Évora, espera ser reeleito nas eleições autárquicas de 14 de Dezembro. Afirma que na autarquia eborense os eleitos da CDU tratam toda a gente com o maior respeito e consideração, sem olhar à filiação partidária. Faz o balanço da obra realizada, acusa os sucessivos governos do PSD e PS de estarem contra o desenvolvimento económico do Alentejo e fala com o entusiasmo e a serenidade de sempre acerca dos projectos futuros para Évora.

pág. 16 e 17



beja

O presidente da Câmara de Ferreira do Alentejo, Luís Ameixa, não quer uma nova reforma agrária e critica a Igreja Católica

Autarca de Ferreira critica bispo

A adjudicação da obra de construção de 4000 hectares de regadio no perímetro de Odivelas, que serão abrangidos pelo sistema de Alqueva, foi pretexto para o presidente da Câmara de Ferreira atacar o PCP e a Igreja Católica, a propósito da reforma agrária. O bispo de Beja, D. Manuel Falcão, defendera recentemente que o desenvolvimento do Alentejo tinha que passar por uma reforma agrária.

pág. 6

editorial

Comezainas e touradas

A pré-campanha para as eleições autárquicas de 14 de Dezembro ficou assinalada nos últimos dias por dois episódios burlescos elucidativos da forma como o Poder Local e as suas relações com o Governo são encarados por alguns agentes e partidos políticos.

No Norte, um autarca do PP, convidado pelo PS para as suas listas, justificou a uma rádio local a mudança de cores com uma sentença lapidar: "Quem está com o Governo come, quem não está cheira". Ou seja, sobretudo em tempo eleitoral, há quem espere do poder central, a troco de virar a casaca, favores políticos para a respectiva autarquia – eventualmente mais verbas, acesso facilitado a projectos e financiamentos, o rápido desbloqueamento dos dossiers, apoios diversos de preferência a fundo perdido, obras financiadas pelo Estado e, claro, muitas inaugurações e visitas ministeriais –, comércio que, se não viola a lei, é inadmissível no jogo democrático e inaceitável do ponto de vista ético. Fica a consolação que, neste caso caricato mas exemplar, a negociação não foi para diante, talvez devido à excessiva franqueza do putativo candidato, e o festim à mesa do Orçamento ficou comprometido.

Cá no Sul, durante a Feira de Moura, foi organizada uma tourada para "festejar o desbloqueamento das verbas comunitárias" para o financiamento de Alqueva, tendo sido a ocasião aproveitada, na presença de câmaras televisivas, para homenagear um ministro, naturalmente acompanhado pelo governador, por autarcas e candidatos locais – todos do partido governamental. Ou seja, a utilização do aparelho do Estado em benefício do partido no poder é agora complementada pelo aproveitamento de feiras, festas e touradas...

O que vale é que, apesar dos maus exemplos, a maioria dos autarcas no Alentejo e no País tem contribuído, nestas duas últimas décadas, para dignificar o Poder Local, que nada tem a ver com as comezainas e touradas a que alguns o pretendem reduzir. E as próximas eleições autárquicas serão, decerto, mais um marco no reforço dessa conquista democrática do povo português.

Conto da festa

Actual

LUÍS MOURINHA, PRESIDENTE DA CÂMARA DE ESTREMOZ, FALA DO GRANDE FÓRUM DOS PRÓXIMOS DIAS 26, 27 E 28

IX Congresso sobre o Alentejo: o desenvolvimento em debate

Noémi Marujo

A cidade de Estremoz está preparada para receber o IX Congresso sobre o Alentejo. Quem o afirma é Luís Mourinha, presidente da Câmara Municipal de Estremoz. O Secretariado do Congresso sobre o Alentejo – composto pelo presidente da Câmara de Beja, presidente da Câmara de Évora, Casa do Alentejo, presidente da Associação de Defesa de Alqueva, presidente da Câmara Municipal de Portalegre, presidente da Câmara Municipal de Sines, presidente da Câmara Municipal de Estremoz, director do "Diário do Alentejo" e a Universidade de Évora – decidiu realizar este IX Congresso naquela cidade, nos próximos dias 26, 27 e 28 deste mês. Refira-se que o evento conta com o alto patrocínio do Presidente da República, Jorge Sampaio.

Das 46 câmaras implantadas no Alentejo, muitas já deram resposta positiva à realização do Congresso. Mas o município organizador daquele evento também já obteve respostas negativas. Em declarações ao "Diário do Alentejo", Luís Mourinha disse que a Câmara Municipal de Almodôvar e a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo pronunciaram-se "contra a realização do Congresso", porque "acham que não faz sentido".

Luís Mourinha salientou que o Congresso não é só realizado e coordenado por Estremoz. "Nós temos o maior trabalho. Mas, de 15 em 15 dias temos reuniões com o secretariado em diversas localidades do Alentejo. Todo o apoio logístico é dado pela Câmara de Estremoz. As outras câmaras participam com uma quota para a realização do congresso", disse.

O tema geral do IX Congresso sobre o Alentejo intitula-se "Alentejo – Políticas e Instrumentos para o Desenvolvimento", sendo organizado em quatro painéis: Painel A – Questões Institucionais; painel B – Impacto das Políticas Nacionais e Comunitárias no Desenvolvimento Regional; Painel C – Estratégias Regionais e Locais para o Alentejo; e finalmente o Painel D – Novas Oportunidades de Desenvolvimento.

Para Luís Mourinha, o painel mais "político" será o A, porque trata da regionalização. "No painel A, vai estar em cima da mesa a regionalização. E eu penso que nesta altura é o momento certo para manifestarmos o que pretendemos para a regionalização com dados concretos. Por exemplo, ver quais são as competências a nível da educação, da saúde e das vias de

comunicação para a região. É preciso ver se ficamos com todas as responsabilidades na saúde, na educação e na defesa", referiu, para acrescentar que a discussão sobre a regionalização "começou errada". Isto é, a edilidade de Estremoz acha que as diversas opiniões sobre a regionalização não estão bem esclarecidas. "Os que são contra a regionalização devem dizer: somos contra porque não queremos que a saúde e a educação passem para a competência da região. E os que são a favor têm de dizer: queremos a regionalização porque queremos as competências da região sobre a saúde e sobre a educação até determinados limites", salientou Luís Mourinha.

Manifestando-se a favor da regionalização, o autarca referiu

A.C.



Luís Mourinha, presidente da Câmara de Estremoz, que vai acolher o IX Congresso sobre o Alentejo

que ela vai permitir "um contacto mais fácil" das câmaras com as entidades regionais. No entanto, acrescentou que a regionalização poderá trazer complicações. "Se tivermos a mentalidade de que a regionalização é necessária para haver um novo impulso de desenvolvimento no Alentejo, os problemas que aparecem serão resolvidos de uma forma natural. Agora, se o presidente de Câmara se colocarem só no seu cantinho e à de-

fesa, então haverá problemas. Há câmaras que têm projectos comuns e com a regionalização é mais fácil resolvê-los", realçou.

No painel B, pretende-se extraer os resultados da política comunitária sobre os investimentos nas várias zonas da região. Ou seja, ver quais foram os impactos que os fundos comunitários tiveram sobre o Alentejo. "Nós estamos a meio do segundo quadro comunitário e vamos ver, de acordo com a es-

tratégia governativa sobre os fundos comunitários, quais foram os resultados que estão a produzir. A nossa avaliação tem de ser feita para verificar se a linha de actuação não foi a mais correcta, virando a agulha para o sentido correcto de investimento", sublinhou Luís Mourinha.

Segundo as palavras de Luís Mourinha, a política de investimento tem de ser feita a "longo prazo" para que os jovens, principalmente os universitários

os, possam ter emprego na região. Nesta linha, referiu que a região tem uma "fábrica de doutores, a Universidade de Évora" e, se esta "fábrica" não tiver correspondência no Alentejo, acaba por "formar pessoas que depois vão beneficiar as outras regiões".

Para exemplificar a importância da Universidade de Évora na região, o autarca afirmou que o vinho do Alentejo "deve muito àquilo que foram os estudos feitos pela Universidade". No entanto, acrescentou que é necessário "criar condições" para que aquela instituição possa criar outros estudos. "Neste momento, estamos em colaboração com a Universidade com o objectivo de fazermos propostas para a criação de novas empresas e aproveitamento dos recursos que temos".

Questionado sobre o ponto "A Agência de Desenvolvimento Regional", do painel C, o presidente da Câmara Municipal de Estremoz revelou que aquela agência tem como principal função orientar todas as pessoas que pretendem investir na região. "A Agência de Desenvolvimento Regional tem um papel importantíssimo no futuro. Ela vai permitir fazer um levantamento daquilo que é importante investir na região, como é que se pode investir e quem pode investir", disse Luís Mourinha.

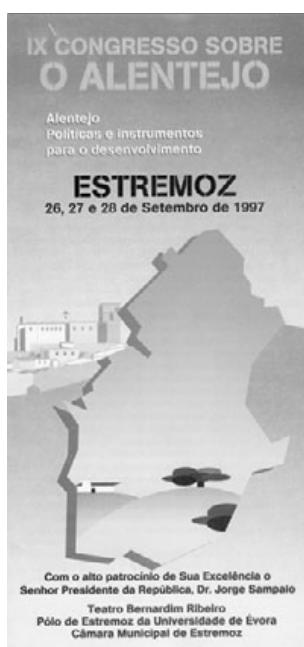
Finalmente, no painel D, o edil de Estremoz referiu que naquele painel vai estar em discussão a valorização do ambiente, turismo, património, desporto, artesanato, cultura, tempos livres e os serviços de apoio às comunidades.

Para a explanação dos diversos subtemas de cada painel, Luís Mourinha sublinhou que estão a convidar "pessoas de nome" e "técnicos das áreas específicas". O autarca disse, ainda, que já tem algumas comunicações, mas não quis adiantar nada sobre o assunto.

Além destes quatro painéis, haverá um debate aberto ao público, subordinado ao tema "O Alentejo e a Europa das Regiões", com intervenções de um representante de cada partido político português no Parlamento.

O programa do Congresso inclui ainda a realização de iniciativas culturais, nomeadamente exposições, espectáculos musicais e a Feira de Municípios, que pretende ser uma mostra das actividades das autarquias do Alentejo. □

O futuro nas nossas mãos



A IX edição do Congresso sobre o Alentejo vai decorrer num ambiente especialmente propício à reflexão do tema es-

colhido – "Alentejo: Políticas e Instrumentos para o Desenvolvimento" – dados alguns factores novos que se juntam aos problemas estruturais da região.

Fala-se mais que nunca no processo de regionalização; já se fizeram avaliações sobre alguns instrumentos e políticas aplicadas na região com a missão de promover o desenvolvimento; instituições, grupos formais e informais têm estudado e debatido estratégias para o Alentejo; associações de desenvolvimento local têm vindo a desenvolver a sua actividade no terreno e debatido os resultados em fóruns nacionais e internacionais; têm sido desenvolvidos projectos de investigação sobre o Alentejo, pelas universidades, institutos e outras escolas; vão realizar-se este ano eleições para as autarquias locais, o que tem

mobilizado políticos e técnicos para a discussão dos problemas locais e regionais.

A troca de experiências e de saberes, a apresentação de projectos e de estratégias, o debate franco e aberto de diferentes opiniões, vai certamente contribuir para que se criem novas dinâmicas e se mobilizem os agentes que podem promover o desenvolvimento.

Por tudo isto, o Congresso sobre o Alentejo assumirá a forma de um grande debate, mas será também um espaço de convívio e partilha de valores culturais. Os alentejanos e todos os que a região atraiu, conquistados pela paisagem e pela personalidade das suas gentes, têm, antes de todos os outros, a responsabilidade de tomarem o futuro nas suas mãos. □

O Secretariado do Congresso

beja

Contra a morte lenta
dos deficientes pág. 6



desporto

Desportivo de Beja
invicto à frente pág. 27



Diário do Alentejo

ANO LXVI Nº 805 (II SÉRIE) • 26 DE SETEMBRO A 2 DE OUTUBRO DE 1997 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00

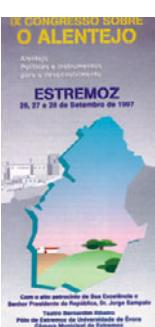
em foco

O IX Congresso sobre o Alentejo realiza-se hoje, sábado e domingo em Estremoz. Há mais de 500 inscrições e aderiram 45 dos 47 municípios alentejanos, prevendo-se a apresentação de cerca de 60 comunicações



Associar
as freguesias
de Beja

A CDU vai ponderar a criação da Associação de Freguesias de Beja. A intenção foi conhecida durante a apresentação dos cabeças de lista da coligação às juntas de freguesia da cidade. Foi anunciada também a lista completa à Câmara Municipal. pág. 9



"Políticas e instrumentos para o desenvolvimento" é o tema do IX Congresso sobre o Alentejo, que começa hoje em Estremoz com a participação de meio milhar de inscritos. Na mais prestigiada tribuna de toda a região vão estar presentes 45 dos 47 municípios alentejanos – os ausentes são os de Ferreira do Alentejo e Almodôvar –, associações empresariais, uniões sindicais, universidades, regiões de turismo, associações, deputados na Assembleia da República e eurodeputados. Ao Congresso de Estremoz assistem também

delegações da Extremadura e da Andaluzia representando mais de 100 municípios, além de cientistas nacionais e estrangeiros e personalidades de todos os sectores da vida política e social. O secretariado permanente do Congresso divulgou entretanto, na quarta-feira, uma nota referindo que "a auto-exclusão do presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, que lamentamos, só pode significar incapacidade de análise e receios inconfessáveis de discutir publicamente os problemas do Alentejo". pág. 2 e 3

editorial

Pensar o futuro

Centenas de autarcas, parlamentares, universitários, empresários, sindicalistas, activistas do movimento associativo, técnicos, especialistas de várias áreas, dirigentes de diferentes forças políticas vão estar, a partir de hoje e durante dois dias, reunidos em Estremoz em mais um Congresso sobre o Alentejo, com a atenção centrada nas políticas e instrumentos para o desenvolvimento.

Com a experiência dos oito Congressos nos últimos 12 anos e com o sentido de responsabilidade e o bom senso habituais, os representantes dos alentejanos vão uma vez mais, perspectivando o futuro, debater abertamente os problemas da região, trocar experiências, confrontar pontos de vista, procurar construir consensos alargados, encontrar as vias mais seguras para o desejado progresso. Vão, em suma, pensar o Alentejo, pensar o futuro.

Como os seus organizadores pretendem, a magna assembleia deste fim-de-semana será também ensejo de reencontros entre velhos e novos combatentes da causa do desenvolvimento e da justiça social e de reafirmação dos valores culturais alentejanos.

Grande fórum democrático, legítimo porta-voz das aspirações regionais, grupo de pressão face ao poder central, ninguém deve ficar indiferente ao Congresso sobre o Alentejo. E se os encontros anteriores, de Évora a Moura, passando por Beja, Elvas, Sines e Portalegre, foram marcos decisivos nas lutas por Alqueva ou pela regionalização, o Congresso de Estremoz – com o seu meio milhar de participantes qualificados – será decerto mais um momento importante na reflexão colectiva sobre o futuro e na construção do desenvolvimento.

Carlos Lopes Pereira

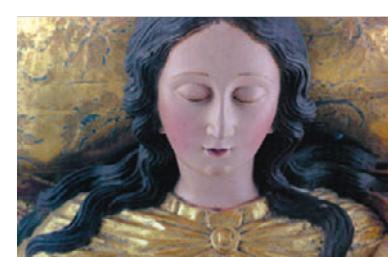


Páginas 20 a 23

entrevista

Os governos
não querem
investir aqui

O candidato do PSD à Câmara de Beja, Sousa Lara, propõe a criação de um lobby do Baixo Alentejo. Quer em Beja uma universidade, elogia a gestão de Carreira Marques e acusa os governos do PSD e PS de não quererem investir no Alentejo. pág. 16/17



cultura

Imaginária
barroca
em Mértola

O departamento do património histórico da diocese de Beja organiza na igreja matriz de Mértola uma exposição sobre a imaginária barroca dos séculos XVII e XVIII. "As Vozes do Silêncio" estão patentes desde amanhã, sábado, até 27 de Novembro. pág. 25

A abrir

Sindicalistas exigem em Lisboa um Alentejo desenvolvido

Um Alentejo desenvolvido e com emprego, eis o motivo a que levou cerca de 150 sindicalistas a deslocarem-se a Lisboa, na passada quarta-feira, 24. A decisão desta deslocação havia sido tomada em Beja, na sequência de um encontro que aqui decorreu em 5 de Abril último, e o objectivo era e é chamar a atenção das instituições governamentais e da opinião pública em geral para os problemas que existem no Alentejo e que afectam, sobretudo, os trabalhadores.

Depois de uma concentração na Praça do Comércio, os sindicalistas alentejanos deslocaram-se até à Casa do Alentejo, próximo dos Restauradores, onde se realizou um colóquio que teve a participação de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, e no qual se debateu a situação do Alentejo e se discutiram as propostas a apresentar aos órgãos de soberania, tendo em vista resolver os problemas da região.

Seguiu-se uma manifestação entre a Casa do Alentejo e a Assembleia da República. Aí os sindicalistas foram recebidos pelo presidente daquele órgão de soberania, Almeida Santos, e pelos grupos parlamentares de todos os partidos: PCP, PP, PS e PSD. Foram ainda recebidos por Vítor Ramalho, assessor do primeiro-ministro para as questões sociais, a quem fizeram, igualmente, a entrega das propostas que levavam, tendo em vista o desenvolvimento da região. □

Parlamento do Idoso na Assembleia da República

A Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) organiza o I Parlamento Nacional do Idoso amanhã, 27, a partir das 10 horas, na Assembleia da República, em Lisboa.

Idosos de todo o País serão deputados por um dia e convidaram os actuais deputados e membros do Governo, entre eles o ministro Ferro Rodrigues e Maria de Belém, além dos presidentes da República e Assembleia da República.

O distrito de Beja faz-se representar por 14 delegados representando os concelhos do distrito, que em conjunto com os demais idosos/deputados abordarão os seguintes temas: "Os Reformados e a Segurança Social"; "As Pensões e os Problemas Sociais e Económicos da Terceira Idade"; "Os Reformados e a Situação dos Lares e Centros de Dia", "Os Reformados e as Próximas Eleições Autárquicas", e "Os Reformados como Força Social Activa na Sociedade". □

Chegou a hora de Inverno

Hoje, 26, muitos portugueses, ao acordar, puderam fazê-lo uma hora mais tarde do que o habitual, que os relógios, embora em dia de semana, resolveram andar para trás 60 minutos, despendendo-se assim da hora de Verão e proclamando a chamada hora de Inverno.

Noites mais longas e dias mais curtos são o cenário que agora aos poucos e poucos, ajudado pela atraso da hora, se vai instalar. □

Rendimento Mínimo parado até às eleições

A. Gato

Com pompa e circunstância Governo e governantes anunciaram o início do Rendimento Mínimo Garantido a partir de 1 de Julho de 1997.

Qualquer carente que desse benefício social bateu as palmas e pensou que lá para Agosto, o mais tardar em Setembro, lá receberia os seus 21 continhos e dava folga à miséria centenária!

Azar destes! Afinal estamos em ano de eleições e, pior, estas são apenas em Dezembro de 1997.

É assim mais que evidente que o Governo, numa manobra eleitoralista, nada consentânea com a matriz católica de que faz eco, está atrasando para o fim do ano o processamento do Rendimento Mínimo Garantido, com o argumento de que não tem programa informático para tratar os dados dos requerentes!

A ser verdade, o que andou o Ministério da Solidariedade Social a fazer durante o ano em que iniciou os projectos piloto?

Pergunta-se: por que não houve problemas com o programa informático dos abonos de família?

Obviamente, porque iria ser um vendaval social e político que o Governo achou oportuno adiar.

Excelentíssimos senhores primeiro-ministro, ministro da Solidariedade Social e Governo: por favor, ponham o programa informático a trabalhar, porque os requerentes do Rendimento Mínimo Garantido podem morrer antes das eleições, à espera da esmola prometida! □

opinião

A abrir

Em foco



O secretariado permanente do Congresso sobre o Alentejo reunido na quarta-feira, em Estremoz, ultimando a organização do grande fórum

IX CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO COMEÇA HOJE EM ESTREMOZ

Diagnóstico e cura em 58 comunicações

O IX Congresso sobre o Alentejo começa hoje, sexta-feira, com a recepção aos congressistas e entrega da documentação, às 18 horas, no Teatro Bernardim Ribeiro, em Estremoz, e termina no domingo com a homenagem a José do Nascimento Dias Sena, Aníbal Falcato Alves (ambos já falecidos) e Francisco Soares Vítor Paquete, três personalidades alentejanas que se distinguiram a vários títulos.

Ainda hoje, sexta-feira, está marcada para as 20 horas a inauguração da Feira dos Municípios, onde têm stands próprios câmaras municipais alentejanas de maioria CDU, PS e PSD, as associações alentejanas de municípios e outras instituições portuguesas e espanholas.

Amanhã, o início dos trabalhos é no Teatro Bernardim Ribeiro, às 9 horas, com a recepção e entrega da documentação, a que se segue a sessão solene de abertura. A apresentação das 58 comunicações, distribuídas por quatro painéis,

começa às 11 horas, estando o Teatro Bernardim Ribeiro destinado aos congressistas do painel A (Questões Institucionais), o Pólo de Estremoz da Universidade de Évora aos do painel B (Impacte das Políticas Nacionais e Comunitárias no Desenvolvimento Regional) e do painel C (Estratégias Regionais e Locais para o Alentejo) e o Salão Nobre da Câmara de Estremoz aos do painel D (Novas Oportunidades de Desenvolvimento).

Estrangeiros no Congresso

O painel A, dirigido por Carmelo Aires, André Espenica e Jorge Pinto, integra as comunicações subordinadas a dois grandes temas: a regionalização (competências e finanças) e a cooperação institucional para o desenvolvimento. Pelo secretariado, estarão na mesa Francisco Pacheco, presidente da Câmara de Sines, e o representante da Casa do Alentejo em Lisboa.

O painel B, dirigido por Luís Cavaco, Josué Caldeira e António Murteira, tem como temas de fundo a integração das estra-

tégias regionais nas políticas comunitárias, os fundos comunitários, a integração das estratégias regionais nas políticas nacionais e sectoriais, os planos integrados e a avaliação dos instrumentos de política regional. Pelo secretariado, estarão na mesa Carreira Marques, presidente da Câmara de Beja, e Luís Mourinha, presidente da Câmara de Estremoz.

O painel C, dirigido por Simões Lopes, Maria Monteiro, Roque Amaro e Orlando Ribeiro, concentra as comunicações

relativas a temas como as estratégias regionais, as políticas municipais de desenvolvimento, as associações de desenvolvimento local, a Agência de Desenvolvimento Regional, o funcionamento em rede das cidades alentejanas, a promoção e o marketing da região, a cooperação para o desenvolvimento, o associativismo empresarial, a inovação, a investigação e a formação, as experiências de desenvolvimento local e regional, os desafios da sociedade da informação e as políticas sectoriais. Pelo secretariado, estarão na mesa Afonso Fernandes, presidente da Câmara de Évora, e

o representante da Associação de Defesa de Alqueva.

O painel D, dirigido por Francisco Ramos, Cláudio Torres e Marcos Olímpio, abrange temas como o ambiente, o turismo, a cultura, o património, o desporto, os tempos livres, o artesanato e os serviços de apoio às comunidades. Pelo secretariado, estarão na mesa João Transmontano, presidente da Câmara de Portalegre, e Luciano Caetano da Rosa, representante do "Diário do Alentejo".

Entre os congressistas que apresentam comunicações encontram-se alguns espanhóis e um norte-americano.

Actividades paralelas e espectáculos

Todas as sessões terminam com um debate aberto ao público, estando marcado para as 17 horas de sábado, no Teatro Bernardim Ribeiro, um debate especial, aberto ao público e subordinado ao tema "O Alentejo e a Europa das Regiões" introduzido por personalidades convidadas, ou seja, um representante de cada partido políti-

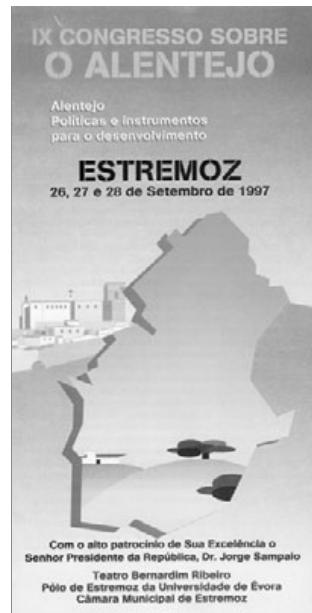
CONTRA 500 PARTICIPANTES

Uma ausência proclamada

O presidente da Câmara de Ferreira do Alentejo, Pita Ameixa, distribuiu à Comunicação Social uma nota sobre a sua ausência no IX Congresso sobre o Alentejo, afirmando uma posição dissonante da dezenas de autarcas do seu partido e de outras personalidades e dirigentes socialistas. Em resposta, o secretariado do Congresso emitiu um comunicado com dados e números que mostram esta iniciativa em nona edição como "a mais prestigiada tribuna de toda a região".

Diz Pita Ameixa que a sua "posição de não participação funda-se tanto na dominação político-partidária destes congressos como no seu esgotado figurino, que parece mais prejudicial do que benéfica".

Para o autarca de Ferreira do Alentejo, trata-se de "mais uma ocasião para fazer valer as teses catastrofistas da desgraça e repe-



Para o secretariado do Congresso, esta nona edição "é já um sucesso. Vão estar presentes 45 dos 47 municípios alentejanos, associações empresariais, uniões sindicais, universidades, escolas superiores, regiões de turismo, Associação de Defesa de Alqueva, deputados alentejanos e eurodeputados (alguns dos quais do PS), delegações espanholas da Estremadura e Andaluzia representando mais de cem municípios, cientistas nacionais e estrangeiros e personalidades de todos os sectores da vida política e social".

Por outro lado, "mais de 500 congressistas inscritos e seis dezenas de comunicações apresentadas mostram à evidência o prestígio e a força que os congressos sobre o Alentejo já atingiram".

"A auto-exclusão do presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, que lamentamos, só pode significar incapacidade de análise e receios inconfessáveis de discutir publicamente os problemas do Alentejo", conclui o comunicado do secretariado do Congresso. □



O presidente da Câmara de Estremoz e anfitrião do IX Congresso

Programa do Congresso de Estremoz

SEXTA-FEIRA, 26
18 às 20H – Teatro Bernardim Ribeiro

Recepção dos congressistas e entrega da documentação

19H – Inauguração da exposição Mostra de Filatelia Alentejana promovida pela Associação Filatélica Alentejana

20H – Pólo de Estremoz da Universidade de Évora

Inauguração da exposição do escultor Jorge Vieira

Pavilhão do Mercado Abastecedor (traseiras da Câmara Municipal de Estremoz)

Inauguração da Feira dos Municípios

21H – Restaurante Gato-hotel, jantar, com animação musical pelo grupo Os Clássicos, de Estremoz

SÁBADO, 27

09H – Teatro Bernardim Ribeiro

Recepção dos congressistas e entrega da documentação

09.30H – Entrada em funcionamento do Posto de Correios, provido de carimbo comemorativo do Congresso e receptor de correio (horário: 9 e 30 às 13 horas e das 14 e 30 às 17 horas)

10.00H – Abertura

10.30H – Pausa

11H – Comunicações – 1ª parte

Painel A - Questões Institucionais – Teatro Bernardim Ribeiro

Painel B - Impacto das Políticas Nacionais e Comunitárias

no Desenvolvimento Regional – Pólo de Estremoz da Universidade de Évora

Painel C - Estratégias Regionais e Locais para o Alentejo – Pólo de Estremoz da Universidade de Évora

Painel D - Novas Oportunidades de Desenvolvimento – Câmara Municipal de Estremoz

12.15H – Debate, com a assistência, em cada um dos painéis

13 às 14.30H – Pausa

14.30H – Comunicações – 2ª parte

(São retomados todos os painéis que funcionam nos mesmos locais)

16H – Debate, com a assistência, em cada um dos painéis

16.45H – Pausa

17H – Teatro Bernardim Ribeiro

Debate: O Alentejo e a Europa das Regiões.

Intervenções de um representante de cada partido político português com assento no Parlamento Europeu e do representante do Alentejo no Comité das Regiões (aberto à população)

18H – Debate com a assistência.

22H – Rossio Marquês de Pombal – frente à Câmara Municipal

Espectáculo musical: Maio Maduro Maio, com Amélia Muge, João Afonso e José Mário Branco (aberto à população)

23.30H – Espectáculo de fogo de artifício

DOMINGO, 28

9.30H – Desfile de grupos de cantares alentejanos, pelas ruas do centro da cidade

10H – Teatro Bernardim Ribeiro

Sessão de Encerramento (aberta à população)

Apresentação dos relatórios resumidos dos painéis

11H – Proclamação do Congresso

11.30H – Homenagem ao Dr. José do Nascimento Dias Sena e Prof. Aníbal Falcato Alves, a título póstumo, e ao Dr. Francisco Soares Víctor Paquete

12.15H – Conferência de Imprensa para apresentação das conclusões do IX Congresso sobre o Alentejo *

Durante o Congresso irão estar patentes as seguintes exposições:

- Esculturas de Noémia Cruz, Galeria de Desenho, Largo D. Dinis (Castelo), no horário: 10 às 12 e 30 horas e 15 às 19 horas;

- Fotografias de Fernando Lemos – organização conjunta com o Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian – Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal, Largo D. Dinis (Castelo), no horário: 10 às 12 e 30 horas e 15 às 19 horas.

Publicidade

ESTUDANTE DO 12º ANO

A escolha da tua Universidade começa agora.



Dinensino CRL

UNIVERSIDADE MODERNA
PÓLO DE BEJA

LICENCIATURAS

PORTARIAS

DIREITO	958/91
ENGENHARIA CIVIL	1361/95
INFORMÁTICA DE GESTÃO	1109/95
INVESTIGAÇÃO SOCIAL APLICADA	958/91
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS	1164/93

ABERTAS AS INSCRIÇÕES

INFORMAÇÕES:

SECRETARIA

Rua Marquês de Pombal, 1
Tel: 084 329001 Fax: 084 320316
7800 BEJA

O pintor e o poeta,
nómadas sentados pág. 24 e 25



Comício do PS em Mértola
com Quim Barreiros pág. 9



Diário do Alentejo

ANO LXVI Nº 806 (II SÉRIE) • 3 A 9 DE OUTUBRO DE 1997 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00

O IX Congresso sobre o Alentejo, em Estremoz, reafirmou que o desenvolvimento é indissociável da criação de regiões administrativas e sublinhou o largo consenso construído em torno da Região Alentejo

Aposta ganha

A nona edição do Congresso sobre o Alentejo, cujos trabalhos decorreram neste fim-de-semana em Estremoz, foi um êxito que deve ser assinalado.

Um êxito, pelo espaço de debate e diálogo que constituiu, capaz de unir os alentejanos em torno das questões e dos problemas mais importantes para a sua vida, como assinalou a proclamação final. Pela temática proposta, a das políticas e dos instrumentos concretos para o desenvolvimento, e pelas conclusões alcançadas. Pela reafirmação da importância de Alqueva e da urgência da regionalização. Pelo consenso que se vai alargando em torno da região administrativa do Alentejo. Pela excelente organização do encontro, a cargo sobretudo da Câmara de Estremoz. Pela conclusão de que é preciso reflectir sobre o modelo de funcionamento futuro do Congresso de modo a tornar mais eficazes os seus resultados. Pela participação de centenas de congressistas de diversos quadrantes políticos e ideológicos, de variadas áreas do saber e portadores de experiências diferenciadas. Até mesmo pelas ausências anunciadas.

Por todas estas razões – e apesar do pouco relevo dedicado ao evento pela Imprensa de Lisboa, aliás já habitual – o Congresso de Estremoz, tal como os anteriores, foi mais uma aposta ganha por todos os que trabalham e lutam pelo desenvolvimento do Alentejo.

Carlos Lopes Pereira

António Carrapato

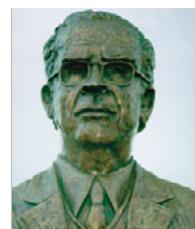
Região alentejana tem largo consenso



A reafirmação do apoio à criação de uma única região no Alentejo foi uma das conclusões do Congresso de Estremoz. "O empreendimento de Alqueva e a instituição da Região Administrativa do Alentejo em tempo útil constituirão motores de desenvolvimento capazes de alterar radicalmente o actual estado de desenvolvimento das populações alentejanas", lê-se na proclamação final do encontro. Os resultados serão agora apresentados ao Presidente da República e ficou desde já marcada a décima edição do Congresso sobre o Alentejo, que terá lugar em 1999, em Santiago do Cacém. Até lá, os órgãos do Congresso vão fazer uma reflexão sobre o modelo de funcionamento do fórum alentejano e propor alterações de molde a conseguir resultados mais eficazes. pág. 2 a 5

Sementes nas lutas dos povos

"As vidas dos revolucionários são como sementes nas lutas dos povos". A frase está inscrita na base do busto de Pedro Soares, inaugurado no fim-de-semana em Trigaches. A obra, da escultora Manuela Soares, é uma iniciativa da Câmara de Beja e homenageia o antigo dirigente comunista. pág. 21



Ruínas de Tróia abandonadas

As ruínas romanas de Tróia estão em vias de extinção. A culpa é em primeiro lugar dos governantes e, depois, só depois, das intempéries e de outros motivos. A estação arqueológica de Tróia, em terrenos da Torralta, no concelho de Grândola, está voltada ao abandono e ao desprezo. Apesar dos esforços do Município grandolense, o IPPAR continua a ignorar as ruínas de Tróia. pág. 11

Moleiro fica na AR se perder

Agostinho Moleiro, candidato do PS à Câmara de Beja, afirma que se não ganhar as eleições, hipótese que não coloca, continuará como deputado na Assembleia da República. Em entrevista, critica a política habitacional e cultural da autarquia e mostra-se defensor da região do Baixo Alentejo. pág. 16/17



Aljustrel, a Casa do Andebol

Um Pavilhão Municipal de Aljustrel completamente cheio assistiu a mais um grande evento desportivo. A seleção portuguesa de andebol derrotou a sua congénere da Macedónia e o público deu uma grande ajuda com o seu entusiasmo. Os autarcas da Vila Mineira estão abertos a acolher novas provas desportivas deste tipo. Aljustrel é já, a nível nacional, uma Casa do Andebol. pág. 27

Homenagem a Guevara com Aleida

Aleida Guevara, filha de Ernesto Che Guevara, esteve em Évora onde assistiu a uma homenagem a seu pai, promovida pela Câmara Municipal de Évora e pelo Cendrev. Aleida veio a Portugal antecedendo o 30º aniversário da morte de Che Guevara, a 10 de Outubro de 1967, na Bolívia. pág. 13



A abrir



Mineiros em plenário, na quarta-feira, em Aljustrel

Aljustrel: mineiros protestam

Os trabalhadores das minas de Aljustrel reuniram-se em plenário na quarta-feira, 1, para manifestar o seu repúdio pela "forma chantagista como a administração das Pirites Alentejanas está a tratar os mineiros", disse António Quintas, da Federação do Sindicato da Indústria Mineira. Os mais de 100 trabalhadores em plenário analisaram as propostas da empresa que, no dia anterior, havia reunido com 80 mineiros para os incentivar a aderir ao processo de antecipação de reforma, dando-lhes apenas dois dias para decidirem sobre o que fazer. António Quintas interpreta este curto espaço de tempo dado pela empresa como "uma pressão sobre os trabalhadores para que aceitem aderir a um processo que não conhecem". O sindicalista adiantou que "neste momento os trabalhadores não têm indicações sobre garantias a dar pela Segurança Social que lhes permitem tal decisão e por outro lado a estrutura sindical que os representa deve ser envolvida no processo". O representante sindical referiu que a "administração das Pirites Alentejanas transformou-se numa 'comissão liquidatária' da mina devido às posições que toma de constante redução do pessoal e impasse nas decisões relacionadas com a laboração". Em virtude da pressão da empresa, os mineiros presentes decidiram manifestar de viva voz o seu protesto junto das instalações da administração e lançar um abaixo-assinado em Aljustrel para enviar ao primeiro-ministro com indicações sobre a situação da empresa e dos trabalhadores durante os últimos cinco anos. O protesto dos trabalhadores estende-se à falta de resposta por parte de António Guterres às reivindicações apresentadas, pelo que preparam uma manifestação em Lisboa ainda durante este mês. O representante da Comissão de Trabalhadores, Carlos Formoso, sublinhou que "com a saída para a reforma antecipada dos 80 trabalhadores ficam apenas 100 mineiros". □

5 de Outubro em Beja

As comemorações do 5 de Outubro, assinalando o 87º aniversário da implantação da República, iniciaram-se em Beja na noite de ontem, quinta-feira, com uma conferência na Biblioteca Municipal, por José Mário Mascarenhas, director do Museu da Resistência e da República. No mesmo espaço, foi inaugurada a exposição "Brancamp Freire e a República". Amanhã, sábado, terá lugar, pela meia-noite, na Praça da República, o hasteamento da Bandeira Nacional nos Paços do Concelho, com o lançamento de morteiros e foguetes e a actuação da banda da Sociedade Filarmónica Capricho Bejense. No domingo, dia 5, às 11 horas, decorre uma romagem ao cemitério da cidade, para homenagear os republicanos e anti-fascistas já falecidos, seguindo-se, pelas 13 horas, um almoço comemorativo. □

Alentejo tem novo semanário

"Semanário Alentejo" é o título de uma publicação que apareceu nas bancas de Évora, na quarta-feira, 1. Dirigido por Amílcar Matos, até agora colaborador da TVI, o semanário tem 12 páginas com capa e contra-capa a cores. "Diário do Alentejo" deseja longa vida ao novo semanário. □

CGTP festeja 27 anos

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional comemorou 27 anos a 1 de Outubro. Em Beja, a data é assinalada com um debate sobre a reforma da Segurança Social, na próxima quarta-feira, 8, na sede do STAL, com a presença de Maria do Carmo Tavares, dirigente da CGTP, e com a Sindexpo 97, em finais do mês. □

Hora muda a 26 de Outubro

A chamada "hora de Inverno" chega no próximo dia 26, domingo, quando, às 2 da madrugada, os relógios atrasarem 60 minutos. Na edição anterior, noticiámos que a mudança de hora ocorreria na sexta-feira passada. Pelo lapso, apresentamos desculpas aos leitores. □

Em foco

A reafirmação da importância do empreendimento de Alqueva e da criação e instituição urgente da Região Administrativa do Alentejo foi uma das principais conclusões do IX Congresso sobre o Alentejo. Os trabalhos decorreram no passado fim-de-semana, em Estremoz, tendo mais de 500 congressistas debatido o tema "Alentejo – Políticas e Instrumentos para o Desenvolvimento". Cerca de 60 comunicações foram apresentadas e debatidas em quatro painéis, durante dois dias. O X Congresso sobre o Alentejo foi já marcado para 1999, em Santiago do Cacém



Região Alentejo tem largo consenso

A necessidade urgente de se avançar com a regionalização e a existência de um cada vez maior consenso em torno da Região Alentejo foram duas importantes conclusões do Congresso de Estremoz. Alqueva e a futura região alentejana são apontados como motores de desenvolvimento capazes de alterar a actual situação no Alentejo (ver texto da Proclamação, na página 3).

O papel dos congressos sobre o Alentejo foi considerado positivo – um espaço de debate, diálogo e aproximação capaz de unir os alentejanos em torno

das grandes questões –, mas foi decidido fazer uma reflexão sobre o modelo actual de funcionamento deste tipo de fórum.

Convocado sob o tema "Alentejo – Políticas e Instrumentos para o Desenvolvimento", o IX Congresso organizou-se em quatro painéis (um sobre questões institucionais, outro sobre o impacto das políticas nacionais e comunitárias no desenvolvimento regional, um terceiro sobre estratégias regionais e locais para o Alentejo, e um sobre novas oportunidades de desenvolvimento) que funcionaram, durante todo o dia de sá-

bado, no Teatro Bernardim Ribeiro, na Universidade e na Câmara. Nesses quatro painéis foram apresentadas e debatidas seis dezenas de comunicações, com temática e interesse muito diversificados.

Um dos aspectos marcantes do Congresso de Estremoz foi a participação de autarcas espanhóis representando uma centena de municípios da Andaluzia e da Extremadura. Também um investigador americano, Michael Baum, da Universidade de Massachusetts, apresentou os resultados de um estudo que aponta para uma elevada

cultura política dos alentejanos.

A anteceder o Congresso, foi inaugurada na sexta-feira à noite a Feira dos Municípios. No sábado, no Teatro Bernardim Ribeiro, realizou-se um espectáculo denominado "Maio, Maio", com José Mário Branco, João Afonso e Amélia Muge. No domingo de manhã, houve a actuação de grupos corais alentejanos e, depois da apresentação dos relatórios dos painéis e da leitura da Proclamação do Congresso de Estremoz, realizou-se uma homenagem a José Dias Sena, Aníbal Falcato Alves e Francisco Paquete. □



O Secretariado do IX Congresso sobre o Alentejo, em Estremoz, que presidiu às sessões plenárias de abertura e encerramento

PROCLAMAÇÃO DO CONGRESSO DE ESTREMOZ

Alqueva e regionalização são motores de desenvolvimento

O IX Congresso sobre o Alentejo aprovou a seguinte Proclamação:

O Alentejo com os seus 47 municípios deverá tornar-se em uma Região Administrativa no continente português.

Entendemos que o processo de desenvolvimento económico e social do Alentejo é indissociável da criação e instituição de regiões administrativas.

O Congresso entendeu que não existe qualquer oposição ou contradição entre a criação de regiões administrativas e as competências e atribuições do Poder Local municipal, antes sublinhou que a instituição das regiões deverá ser acompanhada do reforço das atribuições, competências e financiamento dos municípios.

O Congresso considera insuficiente o debate sobre competências e finanças das autarquias regionais e aconselha vivamente novas iniciativas nestas áreas, fora do espaço do próprio Congresso se necessário.

O Congresso considera a agricultura e o desenvolvimento rural como domínios estratégicos de intervenção, e apreciou o papel das unidades de ensino e do Ministério da Agricultura nas acções da chamada extensão rural, tendo criticado severamente a forma como o Ministério da Agricultura não está a actuar no apoio à investigação e ao desenvolvimento do sector.

O Congresso sublinha a necessidade do reforço da valorização e divulgação das iniciativas promovidas pelos agentes dos sectores do vinho e da vinha e das rochas ornamentais no desenvolvimento.



A sessão de encerramento do IX Congresso sobre o Alentejo

vimento das próprias actividades.

O empreendimento de Alqueva e a instituição da Região Administrativa do Alentejo, em tempo útil, constituirão motores de desenvolvimento capazes de alterar radicalmente o actual estado de desenvolvimento das populações alentejanas, pondo fim à desertificação humana, reinvindicando o processo de crescimento demográfico, atraindo novos investimentos e induzindo crescimento económico em todos os sectores da vida regional.

O Congresso considera extremamente importante a constituição de uma Agência de Desenvolvimento Regional como entidade que reforce a cooperação institucional e a escala regional de

desenvolvimento.

O Congresso considera ainda muito deficiente a forma de utilização dos recursos financeiros nacionais e comunitários no seio da região, e afirma que tal se deve ao elevado grau de centralização na gestão dos fundos comunitários, sendo indispensável não só a sua gestão descentralizada como o reforço das respectivas dotações. A coesão europeia e nacional impõem à União e ao Estado português a prática de políticas específicas para o Alentejo, debatidas e acordadas previamente com os seus principais agentes políticos, económicos e sociais.

O Congresso aconselha a cons-

tituição de uma estrutura de cooperação transfronteiriça (Alentejo, Extremadura e Andaluzia espanholas) que poderá designar-se conforme sugerido, por Centro de Estudos Transfronteiriços Lusitanos, para as áreas da administração Pública, académica e empresarial.

*

Ao longo de 12 anos e com nove congressos já realizados, entendemos que este grande fórum de discussão regional tem desempenhado um papel determinante na resolução de questões centrais para a vida dos alentejanos.

As decisões já tomadas pelo Governo português e pela Comis-

são Europeia sobre a construção do empreendimento de Alqueva não podem ser dissociadas dos debates nos congressos, das iniciativas e insistências dos órgãos do Congresso junto do Governo e do Presidente da República portugueses e da União Europeia.

Pensamos que o largo consenso que já se construiu em torno da criação de uma só região administrativa para o Alentejo, quando há pouco mais de seis anos o Alentejo se encontrava extremamente dividido nesta matéria, é fruto dos largos e longos debates que este fórum foi produzindo.

Os Congressos uniram os alentejanos, ou melhor, os alentejanos têm no seu Congresso um espaço de debate, diálogo e aproximação capaz de os unir em torno das questões e problemas mais importantes para a sua vida.

O Congresso de Estremoz aconselha a que as entidades que constituem os órgãos do Congresso (Secretariado, Comissão Promotora e Comissão de Honra) façam uma reflexão sobre o actual modelo de funcionamento do Congresso e produzam as indispensáveis correcções que tenham como resultado próximos congressos mais vivos, melhor participados quanto à qualidade das comunicações, menos densos na temática a debater, em suma, mais eficazes nos seus resultados.

E viva o IX Congresso sobre o Alentejo até ao X Congresso.

As melhores saudações alentejanas.

Estremoz, 28 de Setembro de 1997
O IX Congresso sobre o Alentejo



Homenagem a três cidadãos alentejanos

O último acto deste IX Congresso do Alentejo consistiu na homenagem a três cidadãos da região: José do Nascimento Dias Sena, professor da Universidade de Évora e presidente da Câmara de Estremoz, lugar que ocupava quando faleceu; Aníbal Falcato Alves, também professor de muitos saberes e de muitos sabores, autor de *Os Comeres dos Ganhões*, falecido num estúpido acidente de viação em Elvas; e Francisco Vítor Paquete, homem ligado à direção da Casa do Alentejo, gravemente doente mas felizmente ainda vivo e que José Chitas, bastante comovido, definiu como "grande e paciente sofredor das horas amargas, dos caminhos difíceis, e um dos mais relevantes colecionadores de pequenas alegrias, arduamente obtidas nalguns triunfos. Os seus filhos quiseram estar connosco nesta sessão. Aqui estão eles. Bem hajam pelo respeito que dedicam ao vosso pai, à sua obra e ao seu prestígio consolidado em anos de excepcional camaradagem".

Abílio Fernandes, presidente da Câmara de Évora, por seu turno, definiu Aníbal Falcato Alves como "homem de cultura por gosto e destino, autodidacta, um imenso talento, falando quatro línguas, distinguiu-se por um conjunto diverso de manifestações de arte e cultura: pintura, gravura, fotografia, literatura, poesia, bonecos de Santo Aleixo, cine-clubismo – para tudo havia na sua alma enorme, talento e disponibilidade, apetite e gosto, associados a uma memória vivissima e a uma criatividade inegotável que, tanto quanto a sua ternura e a sua invulgar personalidade, foram conquistando amigos e admiradores".

Em próxima edição, "Diário do Alentejo" voltará ao assunto, publicando as intervenções com que o Congresso de Estremoz homenageou Aníbal Falcato Alves e José Dias Sena, a título póstumo, e Vítor Paquete, três cidadãos a quem o Alentejo muito deve. □

L.R.

Água do Norte em troca de cortiça?

Durante a tarde de sábado, no Teatro Bernardim Ribeiro, foi apresentada uma comunicação cujo tema não é novo mas que continua actual.

Foi o seu autor José Cândido Rodrigues, um homem do Norte do País, que veio a Estremoz defender aquilo que costuma designar-se por tranvases. Ou seja, a transferência da água dos rios do Norte do País para as planuras do Sul, o Alentejo. Há projectos antigos nesse sentido, até já foram delineados projectos de canais que trariam água do rio Douro para baixo. De qualquer maneira, foi interessante ouvir este homem, que veio lá do Norte, dizer que se pode fazer uma gestão racional da água. "Nós temos água no Minho, no Norte Litoral, no Minho, Lima, Cávado, Ave e Douro, que representam 60 por cento da água nacional, que

durante o Verão pode eventualmente, fazer falta no Minho, mas, nos meses do Inverno, ela vai parar ao Atlântico".

E, nesses meses de Inverno, defende José Cândido Rodrigues, "nós abriamo-nos as torneiras cá para baixo e faríamo-nos o abastecimento das albufeiras estratégicas para alimentar o Alentejo". Porque, adiantou o orador, "quando eu digo que o governo central não tem possibilidades nenhuma de fazer isto e que só os governos regionais o poderão fazer, aposto nisto: é que o governo central merece tanto descrédito, tanta desconfiança por parte das populações que qualquer governo central que tentasse fazer isto ia sentir grandes obstruções. Ninguém acredita neles".

Na perspectiva do congressista, os governos regionais poderão facilmente fazer isto porque estão mais próximos das pes-

soas e as pessoas acreditam neles. E quando um governo regional disser às pessoas lá do Norte que a água virá para o Alentejo só nos meses de Inverno, obviamente que eles vão acreditar. E a água fica aqui acumulada como reserva estratégica, porque nós, no Norte, temos albufeiras, mas só albufeiras para produzir electricidade, não propriamente para produzir irrigação, felizmente não se precisa disso. Mas, nos meses de Verão, eles tiram directamente a água do rio através de bombas. Do rio, dos ribeiros. O que me parece irracional é que a equação deste problema não seja feita de forma a resolver em definitivo o problema do Alentejo.

O Alentejo corresponde a um terço do território nacional e é, pela sua natureza e pela sua extensão, a única parte do território nacional capaz de ter uma agricultura competitiva em ter-

mos europeus, o resto do País não tem e o Alentejo pode fazê-lo. Pode fazê-lo em termos de cereais, em termos de pecuária, em tudo, dada a natureza dos solos e dada até a exiguidade da população, porque a densidade populacional do Alentejo é fraca".

Sendo homem do Norte, José Cândido Rodrigues mostrou-se muito preocupado com a situação do Alentejo porque, disse, "o Alentejo tem, em termos de população, uma população envelhecida e cada vez mais tendencialmente envelhecida. Eu posso dizer que, por exemplo, dos zero aos 14, a média do País é de 20 por cento, o Norte tem 22 por cento e o Alentejo só tem 17,5 por cento. Mas dos 65 ou mais anos o País tem 13,5, o Norte 11,5 e o Alentejo 19 por cento da população. Isto parece evidenciar que há que acautelar o Alentejo sob pena de amanhã

termos uma população cada vez mais envelhecida".

O congressista referiu ainda a relação que existe entre o Norte do País e o Alentejo que considerou "uma relação preocupante". Do Alentejo para o Norte litoral só se deslocaram 822 pessoas que foram registadas no censo de 81, e do Norte litoral para o Alentejo 759. "Isto em termos percentuais não aparece neste quadro global número tão baixo (0.05%). E o Norte litoral e o Alentejo são as regiões que mais podem encontrar complementaridades e estão claramente de costas voltadas. Nós temos de fornecer água ao Alentejo, podemos depois encontrar relações tributárias, sei lá, o que é que o Alentejo nos pode fornecer? A cortiça vai lá para cima, ela é trabalhada exactamente neste Norte litoral. Porque é que o Norte litoral que trabalha a cortiça não há de fornecer água cá para baixo?", pergunta. □

L.R.

CONCLUSÕES VÃO SER ENTREGUES AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

X Congresso em 1999 em Santiago do Cacém

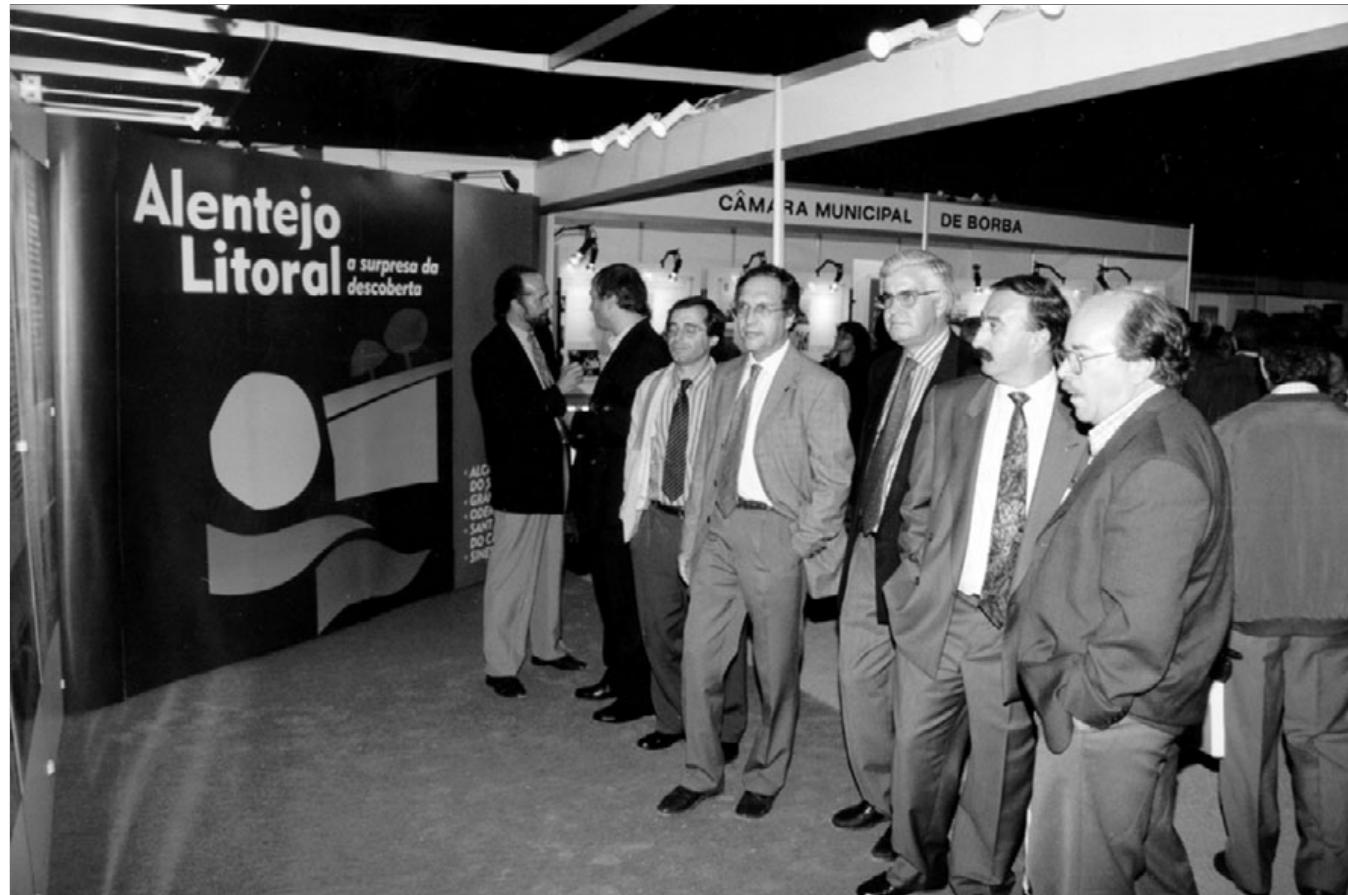
Teodósio Caeiro

O Presidente da República vai receber o Secretariado do Congresso sobre o Alentejo, que entregará a Jorge Sampaio as conclusões do fórum de Estremoz. O Presidente tinha dado o seu patrocínio ao encontro. Foi entretanto já marcada para 1999, em Santiago do Cacém, a décima edição do Congresso sobre o Alentejo. De acordo com as conclusões de Estremoz, deve fazer-se entretanto uma reflexão sobre o figurino destas assembleias magnas alentejanas, de molde a conseguir resultados mais eficazes.

Na conferência de imprensa para apresentação das conclusões do fórum de discussão regional foi confirmado que o próximo Congresso sobre o Alentejo vai realizar-se em 1999 em Santiago do Cacém.

O Secretariado do Congresso informou que o Presidente da República, Jorge Sampaio, vai marcar uma audiência para receber o Secretariado com vista à apresentação das conclusões do Congresso.

Por outro lado, o Secretariado do Congresso convidou os líderes de todos os partidos políticos a participarem na reunião, mas apenas o secretário



Autarcas receberam na Feira dos Municípios o secretário geral do PCP

geral do PCP, Carlos Carvalhas, esteve presente no primeiro dia nas actividades que assinalaram a abertura da iniciativa.

Alguns líderes partidários fizeram-se representar, mas a grande ausência em termos de representação foi a do Partido Socialista.

Os deputados socialistas eleitos pela região não participaram no Congresso, assim como os presidentes de Câmara eleitos pelo PS e, dos três gover-

nadores civis do Alentejo, apenas o de Évora se fez representar pelo adjunto.

O presidente da Câmara de Ourique, José Raul dos Santos, eleito pelo PSD e dirigente nacional social-democrata, representou o seu partido no Congresso tendo defendido a regionalização na sua intervenção.

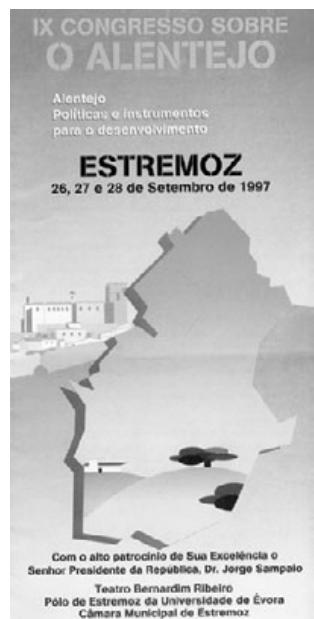
Os deputados social-democratas eleitos pelos distritos alentejanos também não participaram no Congresso.

Carlos Carvalhas na Feira dos Municípios

O secretário geral do PCP, Carlos Carvalhas, integrou uma delegação do seu partido que participou nas diversas iniciativas do primeiro dia do Congresso, depois de ter sido recebido na Câmara Municipal de Estremoz pelo presidente do Município local, Luís Mourinha, e pelos elementos que constituem o Secretariado do

Congresso.

O programa do primeiro dia foi preenchido com a inauguração da Mostra de Filatelia Alentejana, no Teatro Bernardim Ribeiro, promovida pela Associação Filatélica Alentejana, a abertura da exposição do escultor Jorge Vieira, no pôlo de Estremoz da Universidade de Évora, e o início da Feira dos Municípios, no Pavilhão do Mercado Abastecedor, certame que contou com a pre-



sença de stands de algumas associações de municípios, de diversas câmaras alentejanas e de Sevilha (Espanha).

O dia inaugural destinado principalmente à recepção e confraternização dos participantes, terminou com um jantar numa unidade hoteleira da cidade, no qual esteve presente Carlos Carvalhas e que foi animado com a participação do grupo estremocense "Os Clássicos".

Nos actos que assinalaram a abertura do Congresso não houve qualquer intervenção.

A noite de sábado foi animada com um espectáculo musical, que decorreu no Teatro Bernardim Ribeiro, que se encontrava literalmente cheio, com o grupo "Maio, Maduro Maio", que integra Amélia Muge, João Afonso e José Mário Branco, seguindo-se um deslumbrante espetáculo de fogo de artifício lançado junto ao edifício da Câmara.

Na manhã de domingo, diversos grupos de cantares alentejanos desfilaram pelas ruas do centro da cidade de Estremoz. □

opinião

O aeroporto

António Brotas

Nunca fui a um Congresso do Alentejo. Possivelmente nunca lá irei, não sou alentejano (meu pai era-o, o que deixa sempre algumas costelas). Uma vez em que considerei oportuno, há uns anos atrás, tentei por intermédio do "Diário do Alentejo", onde o meu nome figura como colaborador, enviar a um Congresso uma mensagem, mais exactamente um apelo. Escrevi um texto que apareceu publicado nas vésperas do Congresso em que apelava para nele se defender a unidade do Alentejo numa futura regionalização do País.

Considero a regionalização um passo essencial para o desenvolvimento do País. Mas não a fragmentação. Dividir o Alentejo em dois, era fragmentação. Algo ao nível da cegueira. Ao lado do Alentejo está a Extremadura espanhola, que não tem saída para o mar. Interessa-nos uma região alentejana capaz de com ela dialogar, não um Alentejo do Norte com boas ligações a Espanha, mas sem portos, e um Alentejo do Sul com um bom porto, mas más ligações a Espanha.

Prevaleceu o bom senso. Evitou-se o inimaginável de uma Extremadura espanhola a dialogar com dois Alentejos e a jogar um contra o outro.

A notícia da unidade da região alentejana foi uma das boas notícias que tive nos últimos tempos.

Ao ler no "Diário do Alentejo", de 26 de Setembro, informação de que o IX Congresso do Alentejo se ia reunir no fim-de-semana, tive a sensação de estar em atraso para fazer uma outra chamada de atenção para um assunto de imensa impor-

tância para o País e, muito em particular, para o Alentejo.

Refiro-me à localização do novo aeroporto de Lisboa, na Ota ou no Rio Frio, sem dúvida a mais importante de todas as grandes decisões relativas ao ordenamento do território na meia-Sul do País que temos de tomar até ao fim do século.

Considero que, a prazo, a localização do Aeroporto no Rio Frio é muito mais importante e tem efeitos muito mais duradouros para o Alentejo, do que o plano que vi referido na imprensa de 475 milhões de contos para combater o seu atraso e subdesenvolvimento.

Penso que a localização do aeroporto na Ota é muito menos importante e estruturante para as regiões vizinhas, e em geral para a margem Norte do Tejo, do que a localização do aeroporto no Rio Frio para Sul do Tejo, em particular, para o Alentejo.

É possível que esteja enganado, mas o que tem de ser exigido é que este assunto seja amplamente discutido à escala nacional, com uma muito detalhada e ponderada apreciação, em todos os planos, dos dois projectos que numa fase de pré-projecto devem ser conduzidos em paralelo para poderem ser apreciados todos os seus prós e contra.

Um dos índices mais vincados do nosso subdesenvolvimento administrativo em relação ao que se passa no resto da Europa é modo como decisões de importância gigantesca para o País são tomadas sem ouvir devidamente todas as opiniões convenientes e sem praticamente a opinião pública delas se dar conta.

Nesta questão a comunicação social tem tido uma imensa

responsabilidade.

Em Julho, o ministro Cravinho nomeou uma comissão para no prazo de um ano dar parecer sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa. De imediato, um jornal de Lisboa noticiou em título a toda a largura da primeira página que o novo aeroporto iria para a Ota. A comunicação social lisboeta não voltou, depois, praticamente, a falar do assunto, e quando a ele surgem breves referências é quase sempre para apresentar a ida do aeroporto para a Ota como um dado adquirido.

A comissão nomeada pelo ministro Cravinho dará, certamente, pareceres muito importantes sobre aspectos técnicos e empresariais da localização do aeroporto. Mas o problema tem implicações incomparavelmente mais vastas e profundas, que se relacionam, inclusive, e numa larga medida, com desequilíbrios nacionais na ocupação do território de origem histórica, que podemos, com esta decisão, acentuar ou atenuar.

O Governo terá de ter de encarar o problema em toda a sua globalidade e medindo todas as suas consequências.

O problema exige, pois, um debate muito amplo. Esperemos que ele se venha a desenvolver na imprensa regional e que a imprensa de âmbito nacional o oia.

Um novo aeroporto de Lisboa no Rio Frio tem condições para disputar ao aeroporto de Madrid os passageiros da Extremadura espanhola com destino à América Latina. É um aspecto entre muitos outros que espero venha a ser considerado. □

JOAQUIM MIRANDA, DEPUTADO NO PARLAMENTO EUROPEU (PCP)

“Metade do que recebe a Madeira”...

A questão dos apoios que a Europa poderia ter dado ao Alentejo e não deu, das verbas que poderiam ter vindo para a região e não vieram, do desenvolvimento que ficou por fazer por esse motivo, foi colocada a Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu. Há muitos anos que anda lá por Estrasburgo, conhece portanto os cantos à casa e sabe quando as coisas deviam funcionar e não funcionam.

“Todos nós temos conhecimento”, começou por responder o parlamentar europeu, que “quando se fala nomeadamente no Alentejo e na Europa, tem-se muito presente, por exemplo, os fundos que têm vindo da Comunidade para o Alentejo. E ninguém nega a importância desses fundos que são, obviamente, importantes. Mas de qualquer maneira eu julgo que o que há que sublinhar neste momento é o seguinte: passados estes anos de processo de inte-

gração, nós temos verificado esta situação concreta: primeiro, o Alentejo distancia-se em termos de desenvolvimento de outras regiões europeias e distancia-se mesmo no sentido negativo de outras regiões do próprio País. Esta é a realidade com que nos confrontamos e todos os números, quer nacionais, quer comunitários, evidenciam. Este é o problema”.

Afirmou o parlamentar europeu que “há um prejuízo relativo do Alentejo em termos de distribuição de fundos, relativamente a outras regiões, quando nós pensamos que deveria ser exactamente o contrário. No entanto, há ainda outros aspectos que convirá sublinhar. Se é certo que esses fundos vêm, também é verdade que vêm determinar as políticas. Políticas que nos são altamente lesivas. Por exemplo, o caso da Política Agrícola Comum. É uma política orientada para a não produção, neste momento. É uma política de apoio ao rendimento e

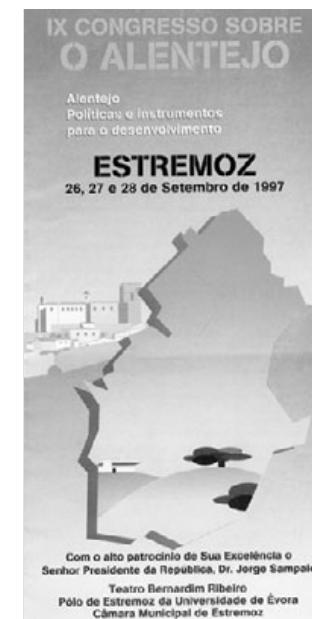
exemplo, que no contexto nacional, em Portugal, no caso concreto do Alentejo, embora tenhamos um produto *per capita* semelhante aos Açores e à Madeira, recebemos metade do que recebem os Açores e a Madeira. Recebemos muitíssimo menos do que se recebe na Região Norte, ou na região de Lisboa e Vale do Tejo”.

Isto não é uma fatalidade

Para Joaquim Miranda, “há aqui factores vários que se interligam, quer no plano interno, quer no plano comunitário, que levam a que a situação seja aquela que todos conhecemos”.

Em termos de futuro, no entender do parlamentar, “neste momento, ao nível comunitário, estamos numa situação particularmente importante, porque há o alargamento em perspectiva, há um novo Quadro Comunitário que começa a ser discutido, nomeadamente com a apresentação pela Comissão Executiva europeia da

chamada Agenda2000, há todo o projecto orientado para a Moeda Única. Todos estes projectos, tal como têm sido apresentados, criam constrangimentos muito fortes para o País”. Sendo o Alentejo uma das regiões mais deprimidas, “naturalmente nós temos que ter receio que esses constrangimentos, que se colocam a nível nacional, possam ser transplantados para o Alentejo de uma forma particular. Daí que nós temos preocupações. E as nossas preocupações levam-nos a dizer o seguinte: isto não é uma fatalidade, desde que nós estejamos atentos. Temos que mobilizar toda a nossa capacidade negocial ao nível europeu, antes de mais para inverter estas tendências que já estão e, simultaneamente, temos que alterar também as políticas ao nível interno. Políticas no sentido de promover aqui a produção, levar por diante certo tipo de infra-estruturas que são



fundamentais, concretizar o Alqueva, concretizar toda uma rede viária e também a rede ferroviária. Enfim, há todo um conjunto de alterações positivas que são indispensáveis e são urgentes não só para pôr em causa essas tendências que já estão e que são negativas, mas para inverter a própria situação que se vive no Alentejo e que é, como sabemos, muito negativa, frisou Joaquim Miranda. □

JOSÉ RAUL DOS SANTOS, DIRIGENTE NACIONAL DO PSD

“Nada melhorou”

O presidente do município de Ourique, José Raul dos Santos, eleito pelo PSD e dirigente nacional social democrata, representou o seu partido no Congresso tendo defendido a regionalização na sua intervenção.

Em declarações ao “Diário do Alentejo”, o autarca, referindo-se à regionalização afirmou ser essa reforma “um factor primordial na vida política portuguesa e para o desenvolvimento do Alentejo”.

Para o autarca, “antes que esse processo avance e seja concretizado, há outras medidas e outros meios que poderão ser tomados, como o reforço do municipalismo, que passa pela atribuição de mais meios finan-

ceiros”, visto que “competências, já os municípios têm muitas”.

“Estamos dispostos a aceitar mais competências, desde que acompanhados dos respectivos meios financeiros, porque as autarquias são o verdadeiro governo local e estão mais perto das populações. São elas que resolvem os problemas do dia-a-dia, mas sem meios financeiros é impossível dar resposta às carencias e às exigências cada vez maiores das populações”, acrescentou.

O autarca aponta para a necessidade de se tomar “uma medida urgentemente”, no sentido de se “exigir ao Governo a criação de um fundo de coesão nacional para fazer face à região tão

deprimida como é o Alentejo, um terço do País em termos de área geográfica, que merece ser respeitado, visto que os alentejanos são gente digna e que precisa de ser bem tratada”.

Sobre a actual situação do Alentejo, o autarca referiu que “estão decorridos dois anos após a nova maioria ter assumido o poder, mas ainda nada melhorou, nem o combate ao desemprego, nem a política agrícola, nem as grandes questões da educação”.

Em relação ao Congresso de Estremoz, José Raul dos Santos afirmou ter decorrido “de forma correcta”, embora achasse que as sessões devessem ser centralizadas no mesmo local. □

CARLOS LAGE, DEPUTADO EUROPEU (PS)

A penúltima região

O eurodeputado Carlos Lage (PS) participou, no quadro do Congresso de Estremoz, num debate subordinado ao tema “O Alentejo e a Europa das Regiões”, juntamente com Joaquim Miranda, eurodeputado do PCP, e João Saraiva, representante no Comité das Regiões.

O debate foi seguido atentamente pelos congressistas, alguns dos quais – Carmelo Aires, ex-presidente da CCRA, e João Teresa Ribeiro, presidente da Câmara de Vendas Novas – criticaram a escassez de fundos europeus para o Alentejo.

Lage disse ao “Diário do Alentejo” que foi “com muito prazer” que participou no Congresso, acedendo ao convite que

foi formulado ao grupo de deputados socialistas no Parlamento Europeu.

Acrescentou que apesar de ser do Porto pensou que “seria interessante” que alguém do Norte viesse ao Alentejo para defender as regiões e falar do papel das regiões na Europa.

Referindo-se à actual situação do Alentejo, Carlos Lage afirmou ter uma posição de “grande solidariedade e de grande preocupação”, em relação a esta região.

Para o eurodeputado, “o Alentejo é uma parte preciosa do território nacional pela sua paisagem, beleza, tradição e cultura”. Mostra-se preocupado pelo facto da região alentejana

não ter tido o desenvolvimento económico que outras regiões portuguesas tiveram.

“Basta pensar que o Alentejo era há 10 anos uma região melhor colocada na escala das regiões da União Europeia e hoje é a penúltima região da Europa”, recordou.

Para Carlos Lage, “os problemas do Alentejo não se resolvem apenas com retórica”, acrescentando que “não há nenhum fatalismo que caia sobre a região, que tem grandes potencialidades e que devem ser aproveitadas, nomeadamente através de uma aplicação mais volumosa e criteriosa dos investimentos europeus no território alentejano”. □



Aspectos das mesas que dirigiram os trabalhos de dois dos quatro painéis em que se organizou o IX Congresso sobre o Alentejo



Opinião

Notas sobre a regionalização

Francisco do Ó Pacheco

O Congresso sobre o Alentejo continuará atento e interveniente ao desenrolar dos acontecimentos. Os alentejanos sabem que a regionalização administrativa não irá resolver todos os problemas. Mas os alentejanos sabem que irão construir a sua região e irão utilizá-la sabiamente no seu processo de desenvolvimento económico e social

O sistema administrativo que hoje temos em Portugal é o da centralização. O sistema que comunica às diferentes rodas da máquina social o movimento uniforme e regular. A priori vantajoso se boa for a direcção que lhe for imprimida. Teoricamente perfeito na concepção de Cavaco Silva e de outros acérrimos defensores do centralismo. Na realidade um desastre.

A força de tudo querer administrar nada administra ou tudo administra imperfeitamente; exerce uma tirania ridícula e injustificada; produz demoras incompreensíveis nas coisas públicas urgentes; multiplica a burocracia; transmite desânimo e revolta aos cidadãos nas repartições de Finanças, nos bancos dos hospitais e centros de saúde, nos atendimentos da segurança social nos governos civis, nos municípios, etc.. Por cada abuso publicado na comunicação social, sobre os cidadãos aumenta o centralismo. E nós espantamo-nos, temos 700 mil funcionários públicos para 10 milhões de habitantes e seguramente que funcionários desejosos de se sentirem profissionalmente satisfeitos ou realizados e de serem úteis aos seus concidadãos.

O centralismo torna a administração pública o inimigo que se tem de suportar.

Dizia Alexandre Herculano em 1858: "Não receis que a descentralização seja a desagregação. O governo central há-de e deve ter sempre uma acção poderosa na administração pública; há-de e deve cingi-la; mas cumpre restringir-lhe a esfera dentro dos justos limites e os seus justos limites são aqueles em que a razão pública e as demonstrações da experiência provarem que a sua acção é inevitável. O âmbito não deve dilatar-se mais".

A lei quadro das regiões administrativas (a lei 56/91) define em conceito que a região administrativa é uma pessoa colectiva territorial dotada de autonomia administrativa e financeira de órgãos representativos que visa a prossecução dos interesses próprios das populações respectivas como factor de coesão nacional.

Entenderam os senhores deputados que a descentralização do Estado deve ser factor de coesão nacional tal como preconiza a Constituição da República e como o mais comum e simples dos pensamentos entende, ou, como diria Herculano, "os limites da descentralização são aqueles que a razão pública provar inevitáveis".

Mas a lei quadro das regiões administrativas foi mais longe no conceito de coesão nacional e acrescentou-lhe o princípio da subsidiariedade e o respeito pela autonomia municipal, isto é, o princípio da aproximação dos poderes de decisão do Estado aos cidadãos passa a ser constituído por três níveis de decisão política, central, regional e local, cada qual de acordo com as suas funções e competências mas todos respeitando a organização unitária do Estado português e os direitos individuais e colectivos dos cidadãos portugueses.

Muitas dúvidas se têm levantado em relação à possibilidade da existência de conflitualidades entre as competências das futuras regiões administrativas e as competências do governo central e dos municípios e das freguesias.

Três das mais faladas conflitualidades têm sido:

1º – O desaparecimento político dos municípios;

2º – O aparecimento de uma nova classe política regional portadora das piores referências de comportamento político e moral;



3º – A desagregação do Estado unitário ou, como dizem os maiores detractores, uma revolução no seio do Estado de final totalmente imprevisível, sendo o cenário mais provável o caos e a inoperância total da administração.

Sinceramente, penso que são argumentos e preocupações a ter em atenção mas que não podem nem devem obviar à criação das regiões administrativas no continente português.

Não antevêjo sequer como poderá a regionalização impor-se ou sequer pôr em causa poderes tão consolidados e tão poderosos como o governo central e o poder municipal.

Em termos práticos, a regionalização administrativa necessitará de toda a cooperação e entreajuda para suportar as exigências municipais e cumprir as determinações centrais, isto para além de cumprir com as suas próprias competências perante as respectivas populações.

Claro que uma nova classe política regional é necessária. Diria melhor é indispensável para que o processo de regionalização tenha sucesso.

Não penso, como os detractores da regionalização, que a nova classe política regional será prepotente, arrogante, inoperante, despesista, em suma mais um pesado fardo para as finanças públicas. A substituição das comissões de coordenação regional, dos governos civis, de várias direcções regionais, de delegações de institutos públicos, por uma junta regional de cinco elementos, irá poupar muitos milhares de contos à Fazenda nacional. Aliás, seria um bom exercício para o ministro das Finanças, para que fique definitivamente provado que a regionalização é menos onerosa para as finanças públicas que o actual estado das coisas.

E julgo também que a classe política municipal só terá a ganhar com o processo de regionalização. Aliás será bom frisar que não estamos a falar em regiões autónomas onde o poder regional, aí sim, tenderá a abafar o poder municipal.

Os municípios passarão a contar com um novo nível de poder a si interligado e dialogante, capaz de motivar a cooperação inter-municipal, capaz de resolver conflitos inter-municipais e permanen-

temente disponível para colaborar na resolução das questões municipais e inter-municipais mais complexas. O novo poder aonde os próprios municípios estarão representados nas assembleias regionais através de deputados municipais eleitos em colégio eleitoral das próprias assembleias municipais de toda a região. O novo nível de poder administrativo que só ganhará com o reforço do poder municipal.

Penso que só teremos poder administrativo no continente: primeiro, se houver descentralização de Lisboa da governação central; segundo, se houver reforço do poder municipal; terceiro, se os três níveis do poder administrativo actualizarem permanentemente os respectivos quadros legais de atribuições, competências e financiamento.

Nos termos da lei 56/91, são atribuições das regiões administrativas as seguintes:

1 – desenvolvimento económico e social; 2 – ordenamento do território; 3 – ambiente, conservação da natureza e recursos hídricos; 4 – equipamento social e vias de comunicação; 5 – educação e formação profissional; 6 – cultura e património histórico; 7 – juventude, desporto e tempos livres; 8 – turismo; 9 – abastecimento público; 10 – apoio às actividades produtivas; 11 – apoio à acção dos municípios; 12 – protecção civil.

Diria à partida que entendo que nenhuma das atribuições atrás enunciadas conflituam com competências municipais.

Na impossibilidade de desenvolver todas, sublinharia a importância para o processo de regionalização das atribuições relacionadas com o desenvolvimento económico e social, do ordenamento do território e do apoio às actividades produtivas (alíneas 1; 2; e 10).

No desenvolvimento económico e social, competirá à região a elaboração do plano regional e a intervenção na elaboração do PDR nacional; e ainda a intervenção na gestão dos projectos e programas de iniciativa comunitária ou apoiados e financiados pela União Europeia. A região elaborará também o seu plano regional do ordenamento do território e as normas e condicionantes para

apreciação e ratificação dos planos directores municipais. A região intervirá em todos os instrumentos de planeamento urbanístico emanados dos vários departamentos do poder central.

No apoio às actividades produtivas, à região caberá: a promoção das iniciativas que visem o fomento e a divulgação das actividades económicas regionais; a promoção da constituição e a participação no financiamento de pessoas colectivas do direito público ou privado que visem a mobilização do potencial regional; a criação e gestão de parques industriais, entrepostos frigoríficos, terminais de carga e outras infra-estruturas de apoio à economia regional; a promoção e construção da rede rodoviária regional; a colaboração na promoção da actividade turística regional; a promoção e o apoio às pequenas e médias empresas no acesso a serviços de consultadoria, inovação tecnológica, controlo de qualidade e organização e gestão de empresas.

Este simples elencar de atribuições regionais no campo do desenvolvimento económico e social é bem demonstrativas do papel decisivo da região administrativa.

*

Em 1985, iniciámos em Évora os congressos sobre o Alentejo. Na sua história, a regionalização do Alentejo foi sempre tema central. Doze anos depois alargámos de forma significativa o consenso sobre a forma como se regionalizará esta região. Apesar de ainda existirem algumas vozes que preconizam dois ou mais Alentejos, é de facto uma enorme vitória dos congressos termos atingido um largo consenso sobre a criação de uma única região alentejana. Caminhamos agora para o referendo e para as eleições regionais. O Congresso sobre o Alentejo continuará atento e interveniente ao desenrolar dos acontecimentos. Os alentejanos sabem que a regionalização administrativa não irá resolver todos os problemas. Mas os alentejanos sabem que irão construir a sua região e irão utilizá-la sabiamente no seu processo de desenvolvimento económico e social. □

(Intervenção no IX Congresso sobre o Alentejo, em Estremoz)